

# PATRIMÔNIOS CULTURAIS E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

## Atravessamentos em tempos catastróficos



CULTURAL HERITAGE AND ENVIRONMENTAL LICENSING  
Crossings in catastrophic times

Guilherme Eugênio Moreira  
Universidade Federal Fluminense

Programa de Pós-Graduação em Antropologia | Niterói, Brasil  
guilherme.gem@gmail.com | ORCID iD: 0000-0002-8177-044X

### Resumo

Neste ensaio, procuro refletir com base na perspectiva das catástrofes proposta por Isabelle Stengers sobre os rumos e enfrentamentos às políticas de patrimônio cultural que vivenciamos no Brasil nos últimos anos e que ganharam outros tons com as eleições de 2018. Falo a partir de experiências de trabalho no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha) para pensar sobre as chamadas “análises de impacto cultural”. Tais processos são cada vez mais exigidos das analistas do Instituto, no contexto de licenciamentos ambientais e rompimentos de barragens de rejeitos de mineração. Entendo que reconhecer a ambivalência de instrumentos de participação, como *pharmakon*, parece uma saída para cultivar a arte de ter cuidado na política pública.

### Palavras-chave

Patrimônio cultural; Licenciamento ambiental; Catástrofes; Mineração; Isabelle Stengers.

### Abstract

In this essay, I seek to reflect from the perspective of the catastrophes proposed by Isabelle Stengers on the directions and challenges to the cultural heritage policies that we have experienced in Brazil in recent years and that have gained other tones after the 2018 elections. I speak from my work experiences at the State Institute of Historical and Artistic Heritage of Minas Gerais (Iepha) to reflect on the so-called “analyses of cultural impact”. Such processes are increasingly demanded, in the context of environmental licensing and rupture of mining tailings dams. I understand that recognizing the ambivalence of participation instruments as *pharmakon* seems like a way out for cultivating the art of taking care in public policy.

### Keywords

Cultural heritage; Environmental licensing; Catastrophes; Mining; Isabelle Stengers.



Com base no pensamento da filósofa belga Isabelle Stengers, busco maneiras de compreender e sentir os atravessamentos complexos entre políticas de patrimônio cultural e licenciamento ambiental testemunhados nos últimos anos<sup>1</sup>. Desde 2015, pesquisas conduzidas no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha) patrimonializaram expressões culturais por todo o território mineiro e, assim, escalaram as demandas de avaliação dos “impactos culturais” de empreendimentos em processo de obtenção de licenças ambientais. Ademais, entendo que os rompimentos de barragens de rejeitos minerários escancararam os acontecimentos da intrusão de Gaia, cujos efeitos se intensificam à medida que termos de compromisso assinados entre gestores do Iepha e empreendedores da mineração exigem às analistas<sup>2</sup> do Instituto trabalhar sob alternativas infernais.

A escrita espiralar ecoa as turbulências de um pensamento que tenta interpretar nossos tempos também turbulentos e, por isso, trata-se de um ensaio em seu duplo sentido. É tanto o conhecido gênero literário, em seu exercício reflexivo aberto, como a tarefa de *ensaiar* lançada por Stengers (2015: 17): antecipar o que pode vir a ser uma agenda de pesquisa e experimentar novas maneiras de pensar, sentir e agir diante de fenômenos que passam pelos olhos e ouvidos enquanto escrevo. Convido a leitora, portanto, a me acompanhar em uma aventura onde, a cada curva, uma nova dobra sobre o que foi pensado anteriormente pode guiar a reflexão em outras direções: os caminhos são múltiplos.

### **Compondo a cena: encontros e desencontros em Minas Gerais**

Entre a gama de pensadoras que estão chamando atenção para um sem-fim de perturbações que anunciam o fim

---

<sup>1</sup> O ensaio é desdobramento de uma investigação realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Código de Financiamento 001 e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – processo n. E-26/200.948/2019.

<sup>2</sup> Opto pelo uso do gênero feminino universal no texto, pois a maior parte de minhas colegas de trabalho e interlocutoras de pesquisa são mulheres. O gênero masculino aparecerá apenas em passagens propositais, seguindo a provocação de Stengers.

do nosso mundo<sup>3</sup>, Stengers nos apela a repensar nossos modos de vida e valores de ciência e progresso. Convida a desacelerar, tecer alianças, ser estratégica, trabalhar na barriga dos monstros. Mais ainda, antecipar como monstros agem, o que pensam sobre nós... o que *pensam* simplesmente, pois são sim inteligentes (Stengers 2017: 3). Também nos chama a não nos entregarmos às tentações da denúncia pelo ressentimento esvaziado porque, do contrário, ficamos anestesiadas, atordoadas e não sabemos como agir e interpretar as confusões que assolam diariamente nossas vidas.

Em *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*, de 2009, traduzido no Brasil em 2015, a autora escreve para quem está vivendo em suspenso, quem sente que “é preciso fazer alguma coisa”, mas não sabe precisamente *o quê* nem *como*. Usando sempre a primeira pessoa do plural para conversar com quem lê, Stengers produz um lugar de enunciação coletiva. O texto é direcionado a todas nós que não queremos cair mais na mentira da história do progresso; na ilusão de que as mudanças climáticas constituem uma crise que pode passar, ou que nem existem; de que os sacrifícios que cada vez mais precisaremos fazer são males necessários à retomada do “crescimento econômico”; e de que aqueles que criaram o problema apresentarão suas soluções – um processo retórico com efeitos muito práticos que a autora nomeia como “barbárie”.

Desde sua escrita, muitas águas já rolaram, mas sinto que podemos continuar a encontrar nesse texto inspirações, pois suas palavras seguem ressoando quando pensamos sobre os rumos da vida nos últimos anos. Apresentarei adiante algumas situações vivenciadas durante meu tempo de trabalho no Iepha que nos trouxeram aos impasses experimentados hoje à continuidade das políticas de patrimônio cultural em Minas Gerais. Em seguida, quero vislumbrar como as ideias de Stengers podem fornecer chaves de interpretação interessantes.

Comecei a atuar no instituto mineiro de patrimônio em 2015 e, tão logo cheguei, enfrentamos, na Gerência de Patrimônio Imaterial (GPI), o desafio de dar conta de uma pesquisa que deveria abranger as folias distribuídas por todos os

---

<sup>3</sup> Estou pensando, entre outras, em Ailton Krenak, Anna Tsing, Bruno Latour, Davi Kopenawa, Déborah Danowski, Donna Haraway, Eduardo Viveiros de Castro, Marisol de la Cadena, cada uma acrescentando sua contribuição à discussão sobre como podemos tentar curar nossas condições de vida e morte nesse planeta.

territórios do estado para fins de seu reconhecimento como patrimônio cultural<sup>4</sup>. A demanda por um *registro* em escala ampliada vinha do encontro entre pesquisas anteriores realizadas no Iepha, a presença das folias no imaginário de uma parte da equipe técnica e a percepção da possibilidade de mediatização dos patrimônios imateriais pela gestão estadual<sup>5</sup>. A administração de Fernando Pimentel (PT) começava seu mandato naquele ano já enfraquecida, com a retórica generalizada da “crise” que sabemos aonde chegou, e buscava os ganhos que adviriam de um projeto que estendesse suas capilaridades da capital Belo Horizonte a todas as margens do estado, na construção de uma imagem positiva para o governo.

Aprendi rapidamente que as analistas da GPI estavam preocupadas em garantir a escuta e a presença das coletividades em estudo durante os processos de pesquisa, preferencialmente aquelas que haviam permanecido historicamente à revelia da política de patrimônio e, metonimicamente, do chamado Estado. Essa noção era transmitida e partilhada entre as pessoas da equipe e mobilizada cotidianamente para justificar decisões e relatar o que era feito. No entanto, sendo a “participação” algo tão fundamental, como seria possível abranger folias no estado inteiro, com seus 853 municípios?

A saída encontrada foi a construção de um cadastro disponibilizado em plataforma *online*, onde foliões e seus familiares, associações, pesquisadoras e agentes de prefeituras poderiam fornecer informações sobre grupos de folia. O questionário foi amplamente divulgado pela assessoria de comunicação e gabinete da presidência do Iepha, e sua vinculação ao programa estadual de repasse de verbas aos municípios, chamado ICMS Patrimônio Cultural, permitiu uma rápida e expressiva adesão.

---

<sup>4</sup> Não me agrada estabelecer uma definição para as folias, pois o próprio processo de conceituação foi resultado de longas negociações entre foliões, analistas da GPI, a assessoria de comunicação e o gabinete da presidência do Iepha, mas podemos pensar que são grupos de devotas a santas católicas que cantam e tocam de casa em casa distribuindo bênçãos a fiéis e recolhendo, em troca, donativos.

<sup>5</sup> *Registro* é o nome que se dá ao processo de pesquisa e construção de um plano de salvaguarda para o reconhecimento de patrimônios considerados imateriais (festas, danças, saberes, lugares...) previsto pelo Decreto estadual n. 42.505/2002. É o instrumento jurídico-legal análogo ao *tombamento* de patrimônios chamados materiais (igrejas, casarões, praças, serras...), instituído pelo Decreto-lei federal n. 25/1937.

Os números subiam, as planilhas se tornavam mais e mais extensas e iam configurando uma percepção de sucesso entre as pessoas da Gerência, outros setores, presidência do Instituto e secretaria estadual de cultura. Recebemos respostas de 1255 grupos até a data do *registro*, em janeiro de 2017, mas a plataforma segue aberta, reunindo hoje informações de mais de 2000 folias. Em um momento que já era de contingenciamento de recursos, onde viagens de campo seriam limitadas, o cadastro se tornou a principal fonte de reunião de dados e criou o que chamei de “cenário convincente” para atestar que havíamos conduzido uma ação de Estado que alcançou todo o território mineiro (Eugênio Moreira 2020: 186, 199).

Um movimento simultâneo vinha se dando com a entrada do Iepha como parte interveniente em processos de licenciamento ambiental a partir de 2014. Através de uma deliberação normativa, passou-se a exigir que empreendimentos cujas áreas de intervenção se sobrepussem a patrimônios culturais edificados ou intangíveis deveriam produzir “análises de impacto cultural” a serem avaliadas pelo Instituto<sup>6</sup>. Com folias, e mais tarde violeiras<sup>7</sup>, por toda parte, as probabilidades de projetos em processo de obtenção de licenças ambientais localizarem-se próximos a patrimônios imateriais cresceram exponencialmente.

No mesmo período, acompanhamos os rompimentos das barragens de rejeitos de mineração de Fundão (Samarco/Vale/BHP Billiton, em Mariana, 2015) e Córrego do Feijão (Vale, em Brumadinho, 2019). Os desastres esquentaram as discussões sobre os danos da mineração e produziram territórios de risco nas percepções de mineiras que se viram rodeadas por dezenas de outras barragens com chances altas de rompimento. Almeida (2019) alerta, por exemplo, que das 61 barragens alteadas a montante, técnica construtiva das estruturas que romperam e proibidas desde 2019 por resolução da Agência Nacional de Mineração, 41 estão localizadas em Minas Gerais.

---

<sup>6</sup> Deliberação Normativa Conep n. 007/2014, Portaria Iepha n. 52/2014 e anexos.

<sup>7</sup> Desde o estudo com as folias, o cadastro foi novamente utilizado em outras ações do Iepha, entre elas no processo de *registro* dos Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola em Minas Gerais (2017-2018), que reuniu mais de 1500 respostas de violeiras e fazedoras de viola.

O mapa abaixo apresenta as áreas de influência de folias, violeiras e fazedoras de viola, produtoras de queijo artesanal e artesãs do barro reconhecidas como patrimônio cultural pelo Iepha (FIG. 01). Tais áreas de influência, representadas pelas linhas verdes, foram definidas principalmente a partir das informações reunidas com os cadastros<sup>8</sup>. Percebemos a expressiva sobreposição entre linhas e losangos, que por sua vez representam barragens de contenção de resíduos e rejeitos monitoradas pela Fundação Estadual do Meio Ambiente. Suas cores indicam o “potencial de dano ambiental” segundo a normatização do licenciamento ambiental, sendo verde “baixo potencial”, amarelo “médio” e vermelho “alto”. Das 639 barragens georreferenciadas no mapa, notamos a predominância dos losangos amarelos e vermelhos. Desse total, 408 estão associadas à mineração e perpetuam sensações de medo e insegurança pelo estado.

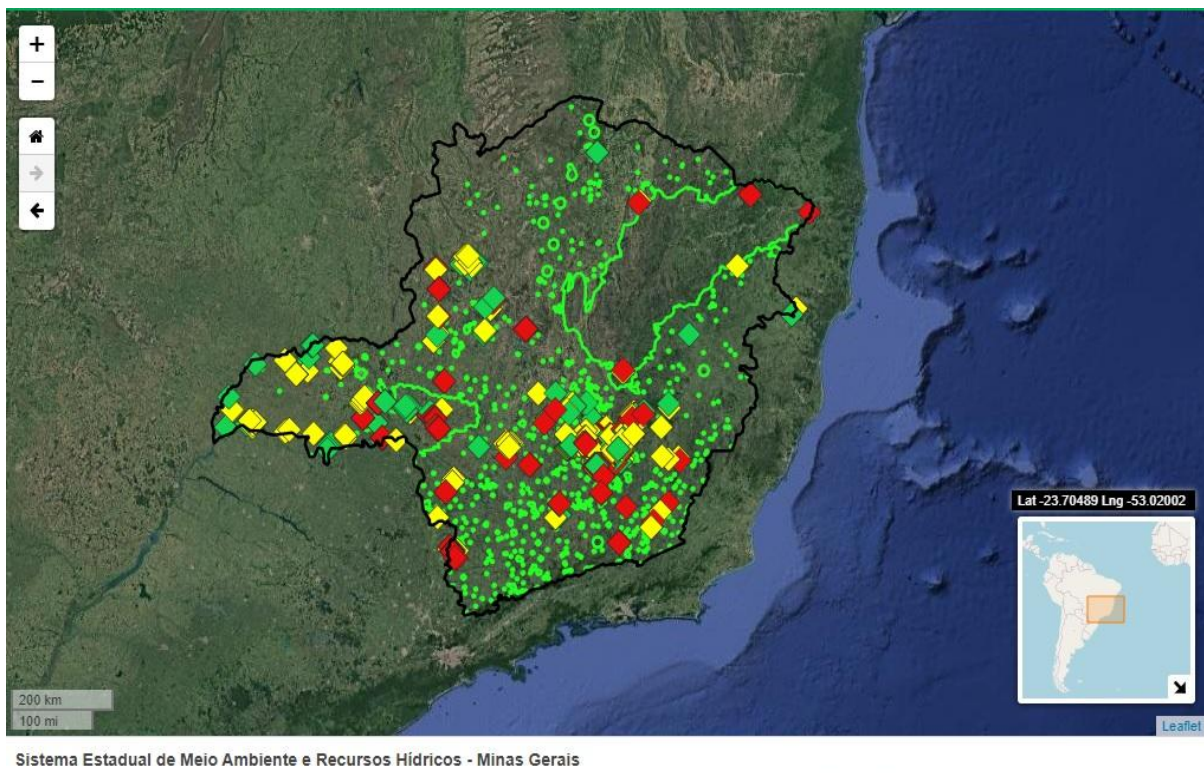


Figura 01 – Intrusão das barragens de rejeitos sobre patrimônios imateriais.

Fonte: Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, IDE-SISEMA (2021).

<sup>8</sup> Os dilemas, efeitos e desdobramentos do georreferenciamento de patrimônios culturais foram discutidos em Eugênio Moreira (2020) e agora a reflexão se amplia em outro trabalho que está em processo de escrita.

Nos últimos anos, comunidades foram deslocadas devido ao risco de rompimento de barragens e não podem voltar para as suas casas. Sirenes de alerta soam por engano, outras que deveriam ter soado não soaram, placas de advertência foram instaladas, simulações de emergência passaram a acontecer, visitas da defesa civil informam a extensão de manchas potenciais de inundação... ou nada disso: centenas de pessoas passaram a viver com as tensões dos rumores. No Iepha, esse processo significou o aumento crescente das demandas por “análises de impacto cultural”. Eram pilhas com calhamaços que iam crescendo e esperavam o deferimento de analistas do Instituto para retornar ao fluxo do licenciamento ambiental como mais uma instância de autorização para o empreendimento.

Desse modo, os grandes projetos se intrometeram no dia a dia das políticas do Iepha, suas lamas mataram e expulsaram centenas de pessoas de seus territórios, acabaram respingando em minha pesquisa e me fizeram parar para pensar sobre os atravessamentos entre políticas de patrimônio cultural, licenciamento ambiental e mineração em Minas Gerais. É aqui que convido Stengers a me ajudar: se já venho nos últimos anos investigando como patrimônios são gestados e geridos, agora parece urgente compreender como são gestados e geridos em meio às catástrofes.

### **Nomear Gaia para seguir**

Entendo como “acontecimentos” os rompimentos das barragens de rejeitos, acompanhados dos traumas e terrores que desencadearam como efeitos sociais – e, apesar disso, da plena expansão e lucratividade das atividades minerárias. No sentido de Stengers, um “acontecimento” é tudo aquilo que nos leva a um aprendizado efetivo, pois nos faz titubear, ao nos deslocar violentamente do fluxo automático e nos colocar para pensar, sentir e agir (Stengers 2015: 27-28, 31)<sup>9</sup>. O extrativismo mineral fez parte dos processos de ocupação e exploração dos

---

<sup>9</sup> Com bell hooks (2013: 86), aprendemos a encarar com a devida precaução a tarefa de nomear. Atribuir novos nomes para velhas coisas pode ser uma tecnologia de poder que mantém intocada a reprodução de violências que julgamos transformar, enquanto, por outro lado, uma prática que não se nomeia pode ser muito mais transgressora. O intuito aqui de assumir as terminologias propostas por Stengers, mais uma vez, passa pelo convite do ensaio: testar o que tais palavras podem suscitar, palavras essas que podem se mostrar ou não frutíferas.

territórios mineiros desde o período colonial, exercendo influência significativa sobre a configuração de suas relações político-econômico-culturais. Ao longo dos séculos, consolidou-se uma percepção da “vocação” de Minas Gerais para a exploração de ouro e minério de ferro, o que informou e informa tanto a posição protagonista do estado na exportação de *commodities* como também imaginários de “mineiridade”, cujos símbolos atravessam as chamadas cidades históricas do ciclo do ouro, os roteiros turísticos da Estrada Real e os complexos ferroviários.

Patrimônio e mineração, portanto, constituíram-se lado a lado, pois o que são essas cidades e marcos senão vitrines que consagraram a face poderosa dos processos de extração minerária? Podemos pensar que a exaltação dessas dimensões foi possível pela produção de efeitos complementares de obliteração de suas facetas traumáticas e violentas, como o genocídio de povos originários e a escravização das populações negras ao longo da história, que se transfiguraram hoje para invasões de territórios tradicionais e conflitos socioambientais. Imaginem, portanto, os curtos-circuitos provocados pela entrada desses grandes projetos para análise na Gerência de Patrimônio Imaterial no Iepha, uma vez que parecem ameaçar tudo aquilo construído a duras penas e solos frágeis por analistas que defendem os modos de vida de povos e comunidades tradicionais.

Stengers (2015: 37-38) anuncia que o que estamos vivendo poderia ser caracterizado como “intrusão de Gaia”. Para a autora, nomear Gaia é assumir um posicionamento de responsabilização, abrimo-nos a sentir e pensar o que é esse processo. Partindo da concepção cunhada por James Lovelock e Lynn Margulis nos anos 1970, Stengers logo a subverte. A potência do conceito do século passado teria sido imaginar nosso planeta como um agenciamento de relações entre uma infinidade de seres viventes em coevolução, nas quais nós humanas somos apenas uma entre as demais. Gaia é um planeta Terra que deixou de ser pano de fundo, repositório inerte de “recursos naturais”, palco onde se vivem as cenas, para se tornar ela mesma ser vivente, personagem na peça, cujo emaranhado de processos é mais que uma soma de reações biofísico-químicas, é literalmente o que chamamos de “ser vivo”.

No entanto, segue a filósofa, essa imagem de Gaia, associada a movimentos da Nova Era e certas ecologias, desliza



logo para uma imagem da mãe provedora, aquela cuja saúde devemos proteger para que possa continuar a cuidar de nós que nos alimentamos de seu seio. A Gaia de Stengers não é essa: é uma Gaia que faz intrusão, que é cega aos efeitos que provoca, indiferente aos nossos chamados. Não é nem uma natureza idílica a resguardar nem a resposta vingativa ao que fizemos: Gaia não responde a ninguém nem nos pede nada, não se ofende, não é árbitra de nossos problemas. É unilateral: nos coloca perguntas sem se interessar pela resposta. Por isso, não é a ela que precisamos responder, e sim àquilo que provocou sua intrusão e às consequências dela (Stengers 2015: 40-41). Assumir a premissa da intrusão de Gaia é entender que uma margem de tolerância foi irreversivelmente ultrapassada e o mundo não voltará a ser o que já foi. Não se trata de um momento ruim que vai passar, mas é algo que veio para ficar. Apenas nos resta a tarefa cansativa e penosa de responder incessantemente àqueles que seguirão tentando forçar até o limite as histórias anestesiadas do progresso.

Insistindo na escrita de tais histórias, os grandes projetos minerários, agropecuários e de infraestrutura no Brasil e no mundo produzem danos socioambientais e territoriais irreversíveis e imprevisíveis que se derramam pelo tempo e pelo espaço por gerações (Gudynas 2015). Implicam em deslocamentos forçados de centenas ou milhares de famílias, desestruturam e desintegram modos de vida. Comumente expropriam comunidades rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, vazanteiras, geraizeiras e outros povos de seus territórios tradicionais, passando por cima de seus direitos previstos pela Constituição Federal de 1988 e legislações específicas (Oliveira & Zucarelli 2020).

Vemos, portanto, com Stengers, que Gaia não é justiceira, pois não corre atrás de quem decidiu e provocou tais problemas. Pelo contrário, os efeitos se fazem sentir primeiro justamente entre as pessoas mais vulneráveis e aquelas que nada têm a ver com tais decisões. Os processos avassaladores do extrativismo agromineral desencadearam ao longo da história uma sinergia maligna que agora nos exige nomear a intrusão de Gaia. Sua brutalidade corresponde à brutalidade disso que a causou, um projeto de desenvolvimento cego que apenas considera suas consequências quando se tornam

externalidades, pedras no sapato a sacudir logo para afetar o mínimo possível seus lucros<sup>10</sup>.

As políticas de licenciamento ambiental surgiram a partir dos anos 1980 como uma grande pedra no sapato dos empreendedores, mas acompanhamos nos últimos anos um processo exponencial de desregulação, que hoje se mostrou desmonte deliberado e explícito (Bronz, Zhouri & Castro 2020). A pedra no sapato se tornou seixo, e hoje podemos dizer que já é areia: incomoda, é melhor se não tiver, mas dá para andar sem maiores problemas. É aqui que voltamos para dentro da GPI no Iepha e as chamadas “análises de impacto cultural”.

### **Quando as mineradoras batem à porta: uma gestão que caminha sob alternativas infernais**

O volume de processos a serem analisados foi aumentando cada vez mais nos últimos anos. Com um tempo restrito para a análise, o cadastro acabou se firmando como atestado da realidade. A equipe da GPI entendia que era uma base de dados incompleta cuja alimentação deveria ser contínua. Sendo assim, quaisquer foliões, tocadoras e fazedoras de viola estariam contempladas na proteção pelo registro e poderiam acessar as políticas de salvaguarda na posição de *detentoras*. Na prática diária do trabalho, entretanto, aqueles dados acabaram sendo fixados na produção de uma verdade que escapava às ações das analistas da Gerência, uma vez que tinham sido transpostos como respostas a outros contextos. Na rotina da análise dos estudos de “impacto cultural”, não existe a possibilidade de se aprofundar caso a caso e identificar outras possíveis detentoras na chamada “área impactada” que não aquelas informadas pelo banco de dados. Patrimônio acaba sendo aquilo que está cadastrado. O que não está

---

<sup>10</sup> Muitas pessoas já anunciaram a insustentabilidade desse projeto de mundo. Podemos pensar na cosmologia yanomami e nos avisos de Davi Kopenawa sobre os perigos dos “comedores de terra”. Ouro, petróleo e minério de ferro compõem a ossatura do mundo e sustentam os fios que seguram o céu no lugar. Foram enterrados pelo demiurgo Omama e deveriam ficar onde estão, pois, quando extraídos, soltam uma fumaça maléfica que se espalha pela terra e nos impregna com tosses, febres, visão embaçada e pensamento esfumaçado. A liderança yanomami avisa que quanto mais revolvemos as profundezas da terra, mais veneno invade o mundo. Assim como a Gaia de Stengers, a epidemia *xawara* não tem preferência: mata quem encontra pela frente. O céu já caiu uma vez, e estamos acelerando para que caia novamente. Ver Kopenawa & Albert (2015), especialmente capítulos 15 e 16.

consequentemente não se conhece e, por sua vez, não pode ser considerado no momento de produzir a manifestação do Iepha que compõe o processo de concessão de licenças ambientais (Eugênio Moreira 2020).

Paradoxalmente, quanto mais as analistas da GPI percebiam as limitações dos dados dos cadastros, mais estes adquiriam força em outros setores do Iepha. O Instituto sempre precisou se apoiar na configuração de parcerias, afinal seu único escritório na capital é insuficiente para atender o estado com o maior número de municípios do país. Nos últimos anos, com as restrições orçamentárias e a interveniência nos processos de licenciamento ambiental, aumentaram os termos de compromisso assinados entre gabinete da presidência e grandes empreendedores. Para dar andamento ao planejamento, passou a se apoiar cada vez mais em medidas compensatórias fixadas em acordos, principalmente com mineradoras. A nível estratégico, no gabinete da presidência, muitas coisas se passavam à distância das técnicas, e muito mais de foliões e violeiras, em termos de como otimizar situações necessárias para gerenciar os recursos da melhor maneira possível. Esse cenário traz cada vez mais para as políticas de patrimônio aquilo que Philippe Pignarre & Isabelle Stengers (2005) chamaram de “alternativas infernais”.

As alternativas infernais fazem parte da “feitiçaria capitalista” que nos captura, aprisiona e se espraia para dimensões cada vez mais ampliadas de nossas vidas. São nada mais que o desenho e arranjo de situações péssimas que nos empurram a escolher o cenário menos ruim, tendo em vista que a alternativa seria muito pior (Pignarre & Stengers 2005). No final do dia, entretanto, qualquer rota assumida leva à catástrofe, que se faz sentir a curto ou longo prazo. Para a autora, as práticas neoliberais têm a capacidade de fabricar suas próprias necessidades a cada conjuntura, selecionar seus próprios atores e eliminar aqueles que não sabem abraçar suas “oportunidades” (Stengers 2015: 46-47). Nesse tempo das catástrofes, colocam-se cada vez mais situações que se dizem inevitáveis, necessárias, aquele levantar de ombros como quem diz “fazer o quê, é preciso agir assim”.

A intrusão dos processos de licenciamento ambiental no Iepha empurrou goela abaixo e fez entrar no vocabulário cotidiano termos como “medidas mitigadoras”, “medidas compensatórias”, “impactos” e outros conceitos carregados de violência, pois se pretendem aplicáveis a toda e qualquer

situação, desconsiderando as particularidades de cada contexto. Os desastres de Fundão e Córrego do Feijão provocaram a projeção de dezenas de manchas de inundação de outras barragens pelo estado e exigiram pensar em planos emergenciais para casos de rompimento<sup>11</sup>. Tais manchas de inundação anunciam-se como moedas de troca nas negociações entre Iepha e mineradoras, a fim de mover ações de salvaguarda por meio de recursos provenientes da assinatura de termos de compromisso. Conta-se com o risco do rompimento para promover ações de preservação enquanto se espera que a barragem nunca venha a se romper, pois, nesse caso, vai embora com a lama aquilo mesmo que se quer tanto preservar.

Situações incômodas, infernais como essa se proliferam. É o caso, por exemplo, do modo de fazer o queijo da região do Serro, primeiro patrimônio imaterial registrado pelo Iepha em 2002. Na época, a patrimonialização veio para atender a demandas dos queijeiros que vinham sofrendo sanções pela normatização da vigilância sanitária que, caso fosse implementada, eliminaria a própria possibilidade de o queijo existir. Agora, as populações locais enfrentam os efeitos da Anglo American, cujas cavas avançam sobre as pequenas propriedades e interferem na produção do queijo artesanal que é patrimônio. A mineradora, entretanto, foi quem financiou a produção de um documentário e um caderno de divulgação do Iepha, materiais que visam divulgar a prática, sem quaisquer menções às ameaças instauradas pela própria exploração minerária (Eugênio Moreira 2020)<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Após o rompimento das barragens de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão de operação da mineradora Vale, foi instituída a Política Estadual de Segurança de Barragens (Lei n. 23.291, de 25 de fevereiro de 2019). Entre outras medidas, o marco normativo prevê a elaboração de Planos de Ação de Emergência em casos de rompimento, que devem incluir a previsão de ações de “salvamento”, “mitigação” e “compensação” relacionadas a patrimônios culturais localizados nas áreas potencialmente afetadas pelas manchas projetadas de inundação. Os procedimentos para análise e aprovação de tais Planos foram mais recentemente regulamentados pelo Decreto n. 48.078, de 5 de novembro de 2020, que prevê a participação do Iepha no processo junto ao Gabinete Militar do Governador e às instituições do Sistema Estadual de Meio Ambiente. O marco oficializou mais uma atribuição para as analistas do Instituto e mais um nicho de atuação para as consultorias socioambientais que prestam serviços para os empreendimentos.

<sup>12</sup> Atualmente, a região do Serro vive mais um conflito associado à mineração. Movimentos sociais, pesquisadoras, artistas e instituições não governamentais estão mobilizadas para impedir a abertura de cavas da Herculano Mineração. O processo escuso e à revelia dos ritos jurídico-administrativos anda sendo acompanhado e denunciado pelo

Stengers chama atenção para as relações intrínsecas, por vezes silenciosas, por vezes despercebidas entre “Estado” e a figura do “Empresário” – propositalmente em maiúscula, no singular e no masculino, imagens reificadas para nos provocar a pensar, sentir e agir (Stengers 2015: 59-60). Segundo o pensamento da autora, o “Empresário” exige a liberdade de poder transformar tudo em oportunidade, e para isso demanda que nós não nos metamos em suas decisões. No entanto, sua exigência precisa ser ouvida por alguém, e aqui entra o que chamamos de “Estado”. O “Empresário” precisa contar com um “Estado” que acata sua exigência como legítima e que lhe dá espaço para jogar com os riscos da inovação “sem riscos”. Nessas relações tortuosas, vão se desenhando combinados entre o que o Empresário manda o Estado fazer e o que o Estado deixa o Empresário fazer (Stengers 2015: 48, 59-60).

No caso do Iepha, os cortes orçamentários por parte de um governo com flertes neoliberais e tons empresariais anda deixando o corpo técnico do Instituto dependente da celebração de acordos que nem sempre se alinham às premissas de participação compartilhadas pelas técnicas da GPI. Às vezes, é preciso assistir ao envolvimento de grandes empreendimentos para avançar no planejamento de atividades da Gerência. Essas atividades, portanto, dependem em grande parte de negociações advindas dos contextos políticos mais abrangentes e de um governo que hoje parece direcionar interesses prioritariamente mercadológicos às políticas de cultura, sem disposição e interesse em ouvir e aprender. Isso cria o cenário que exige à equipe entrar nessas alternativas infernais: é ruim fazer parte disso, seria pior não fazer.

### **Considerações: antecipar os perigos, buscar o meio, continuar pela via do cuidado**

Entre os variados sentidos e nuances que atravessam as políticas de patrimônio imaterial, podemos dizer que os instrumentos de participação, portanto, acabam operando como dispositivos de gestação e gestão das populações

---

Movimento pelas Águas do Serro e Santo Antônio do Itambé, Movimento pela Soberania Popular na Mineração, Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro e uma ação coordenada dos Comitês de Patrimônios e Museus; Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; e Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

envolvidas que orientam as relações entre administradores e administrados. No caso do cadastro, simultaneamente definiu quem poderia ser cadastrado e forneceu à equipe técnica do Iepha um conjunto de informações que vimos ser utilizado para diversas finalidades, e que não deixa de controlar o acesso a direitos. Na prática, acabam definindo quem faz parte da salvaguarda e quem potencialmente será considerado em processos de licenciamento ambiental.

Mas, o que nos resta a fazer? Como podemos responder? Isabelle Stengers lançou seu chamado: seria insensato e perigoso julgar que é fácil responder aos grandes contadores da história do progresso, mas seria um suicídio considerar tal tarefa impossível (Stengers 2015: 44). As ambivalências da participação convidam justamente a reativar a “arte de ter cuidado” de que a autora fala, a arte do *pharmakon*. O que caracteriza o *pharmakon*, ou a droga, é sua eficácia e sua ausência de identidade: pode ser, a depender da dose e do uso, veneno ou remédio.

Segundo Stengers (2015: 94-97), o ódio pelo *pharmakon* vem de longe. A história do pensamento ocidental é a história da tentativa obsessiva de eliminação das ambivalências e pluralidades em prol de uma visão dualista de mundo, com bem e mal, vencedores e perdedores, dominantes e dominados, corpo e mente, masculino e feminino, natureza e cultura, ciência e política. O esforço por apagar a ambiguidade está tão entranhado que guerras, desastres nucleares, rompimentos de barragens não foram suficientes para considerarmos o aspecto farmacológico das técnicas.

Mas, acredito que a vida está menos para o dualismo e mais para o *pharmakon*. Que é perigoso, é óbvio, entretanto não podemos mais cair no discurso paralisante do “Empresário”, do tipo “já que tem perigo, cuido disso e vocês confiam em minhas tentativas”. Essas distinções que se pretendem estáveis entre o que é remédio e o que é veneno apenas fazem envenenar. Pensar com o *pharmakon* é pensar pelo meio, é pensar “dado que é perigoso, como podemos nos aliar para que não seja?”. Não se trata de ignorar os efeitos demasiado concretos da história dualista do progresso; história essa que segue movendo o mundo e à qual muita gente se agarrou para seguir sobrevivendo. O convite passa por meter o nariz onde não somos chamados, desconfiar de quem chega com a resposta pronta. Posicionarmos diante da intrusão de Gaia é antecipar

nossas ações levando em conta que tudo pode ser veneno ou remédio.

Os cadastros tomaram rumos imprevisíveis, sentaram-se à direita do Empresário-Deus-pai-todo-poderoso que julga quem vive e quem morre. Pela overdose e pelos usos escusos, mostraram-se veneno. Mas, ao mesmo tempo, gerenciar essas tensões e produzir mediações faz parte do ofício das analistas do patrimônio imaterial. Não são exceções a serem contornadas para a continuidade do rito administrativo, ao contrário, compõem o cotidiano do “fazer Estado”. Muito tempo, energia e reflexão são despendidas para responder às demandas que chegam a cada momento, para seguir em aliança com povos tradicionais, comunidades rurais, grupos da chamada “cultura popular”. São parte estruturante da rotina de trabalho de pessoas mobilizadas a antecipar o que poderá ser feito a cada passo, a buscar potencializar as propriedades dos cadastros como remédios.

A oposição frontal é tola, como diria Stengers (2015; 2019), pois esvazia o mundo como se fosse o embate entre dois lados virilmente opostos, machões, com respostas a dar na ponta da língua. Acaba por alimentar efeitos reversos e inversos do que planejamos – e estamos aprendendo essa lição em tempos de polarização, *fake news*, bolhas e câmaras de eco, onde os monstros capturam tudo que produzimos e lançam contra nós mesmas. Nas palavras de Stengers (2015: 131-133), é hora de unir luta e criação, honrar as divergências e valorizar o que se produz do encontro entre diferentes. Assim, compreender que sempre haverá uma cilada onde há porta-vozes, onde há fórmulas universais e replicáveis para a resolução dos problemas.

Para a filósofa, a intrusão de Gaia não vai fazer empresários neoliberais pensarem ou hesitarem. Não podemos confundir a necessidade de responder ao que esses tempos obrigam com o que será possível “depois”, em um dia que “o capitalismo for enfim vencido”. Não tem depois, não temos escolha, e é preciso seguir a partir daí. Agora é hora não de discutir soluções, mas de propor novas questões, de interrogar nas situações concretas, caso a caso, antecipar e estar preparado para o *backlash* – que sabemos que virá, pois já está vindo –, e, assim, fomentar situações de produção de confiança.

Minha investigação pode ser uma pequena parte, mas a tarefa é grande demais para dar conta sozinho. Por isso, apenas

uma agenda de pesquisa coordenada por mais de duas mãos poderá nos levar a algum lugar<sup>13</sup>. A experiência deve ser coletiva se quisermos aprender o que fazer diante de Gaia. Ou melhor, como compor com Gaia para enfrentar os desmoronamentos e ruídos das políticas de patrimônio em tempos tão ameaçadores aos direitos democráticos.

### Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 2019. “As estratégias de exportação agromineral e a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas: à guisa de Introdução”. In: Alfredo Wagner Berno de Almeida, Eriki Aleixo, Ítala R. Nepomuceno e Vinícius Benvegnú (Orgs.). *Mineração e Garimpo em Terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas*. Manaus: UEA Edições/PNCSA. p. 47-70.
- BRONZ, Deborah; ZHOURI, Andréa; CASTRO, Edna. 2020. “Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil”. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia* 49: 8-41.
- EUGÊNIO MOREIRA, Guilherme. 2020. *Nas políticas do imaterial: sentidos da participação nas práticas de técnicos/as do patrimônio em Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- GUDYNAS, Eduardo. 2015. “Extractivismos en América del Sur y sus efectos derrame”. *Société Suisse des Americanistes/Schweizerische Amerikanisten Gesellschaft* 76: 13-23.
- hooks, bell. 2013. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF/Marins Fontes.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. 2015. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.
- OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. 2020. “A gestão dos conflitos e seus efeitos políticos: Apontamentos de pesquisa sobre mineração no Espinhaço,

---

<sup>13</sup> Refiro-me ao projeto compartilhado de pesquisa iniciado com Ana Paula Lessa Belone, antropóloga e parceira de trabalho no Iepha e no doutorado. Juntas, estamos tecendo ideias colaborativas e intrarrelacionadas sobre políticas de patrimonialização, catástrofes e ruínas. Ver Belone (2021) nesta edição da Novos Debates.



Minas Gerais”. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia* 49. p.42-71.

PIGNARRE, Philippe; STENGERS, Isabelle. 2005. *La sorcellerie capitaliste: pratiques de désenvoûtement*. Paris: Éditions La Découverte.

\_\_\_\_\_. 2019. “A feitiçaria capitalista – Minions”. *Revista Usina* (Online).

STENGERS, Isabelle. 2015. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify.

\_\_\_\_\_. 2017. *Reativar o animismo*. Belo Horizonte: Edições Chão da Feira (Cadernos de leituras 62).

Enviado: 13 de abril de 2021

Aceito: 20 de maio de 2021